



A standard linear barcode is located in the top right corner of the page.

C0065175A

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

# PROJETO DE LEI N.º 8.098, DE 2017 (Do Sr. Pastor Eurico)

Tipifica criminalmente a violação, dolosa, de alguma das finalidades do art. 44 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, pelo Presidente do Conselho Nacional, dos Conselhos Seccionais e das Subseções da Ordem dos Advogados do Brasil.

**DESPACHO:**

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA  
(MÉRITO E ART. 54, RICD)

**APRECIAÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei tipifica criminalmente a violação de alguma das finalidades do art. 44 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, pelo Presidente do Conselho Nacional, dos Conselhos Seccionais e das Subseções da Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 2º O art. 44 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

"Art. 44.....  
.....

§ 3º A violação, comissiva ou omissiva, de alguma das finalidades do *caput* deste artigo sujeita o Presidente do Conselho Nacional, dos Conselhos Seccionais e das Subseções da Ordem dos Advogados do Brasil à pena de detenção de dois a quatro anos."

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

A Advocacia, segundo a Constituição da República, é função indispensável à administração da Justiça.

Com efeito, é fundamental que os dirigentes dos diversos órgãos da Ordem dos Advogados do Brasil empenhem-se no cumprimento das finalidades de tão elevada autarquia corporativa.

Segundo o art. 44 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, são finalidades da OAB:

I - defender a Constituição, a ordem jurídica do Estado democrático de direito, os direitos humanos, a justiça social, e pugnar pela boa aplicação das leis, pela rápida administração da justiça e pelo aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas;

II - promover, com exclusividade, a representação, a defesa, a seleção e a disciplina dos advogados em toda a República Federativa do Brasil.

Portanto, os Presidentes do Conselho Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, dos Conselhos Seccionais e das Subseções que, dolosamente, virarem as costas para a missão institucional deste ente sobranceiro, merecem rigorosa resposta estatal punitiva.

Isto porque, uma instituição com tamanho prestígio e responsabilidade, como a Ordem dos Advogados do Brasil, não pode abrir mão de suas obrigações, uma vez que uma atuação comissiva ou omissiva de forma dolosa, que venha violar os dispositivos de sua competência atribuição, merece freio com ação punitiva.

Sabemos que não será o controle social penal um mecanismo formalizado que irá resolver as mazelas da sociedade, uma vez que não devemos apelar para o Direito Penal para qualquer conflito social, o que transformaríamos todo e qualquer conflito num expediente corriqueiro.

Daí a importância do princípio da intervenção mínima que se traduz num freio ao conteúdo expansivo do controle social penal, pois o Direito Penal não pode ser a *prima*, nem a *única ratio* para fazer face às tensões sociais, mas devendo ser a é a última *ratio*.

O que não o caso!!

Não se pode permitir que grupos políticos, ideológicos, venham agir em desconformidade com o que lhe fora dado como competência e atribuição, sendo esses atributos um dos reforços para a manutenção e permanência do Estado Democrático de Direito, bem como pela defesa e estabilidade das prerrogativas do advogado.

Assim, roga-se o apoio dos nobres Pares a fim de que se promova a aprovação do presente Projeto de Lei, para que o representante da ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, Presidente do Conselho Nacional, dos Conselhos Seccionais e das Subseções da Ordem dos Advogados do Brasil, sejam responsabilizados penalmente quando da violação (dolosa) do exercício de suas funções.

Sala das Sessões, em 13 de julho de 2017.

Deputado Pastor Eurico

<b>LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA</b>
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

## **LEI N° 8.906, DE 4 DE JULHO DE 1994**

Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB.

### **O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

### **TÍTULO II DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**

### **CAPÍTULO I DOS FINS E DA ORGANIZAÇÃO**

Art. 44. A Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, serviço público, dotada de personalidade jurídica e forma federativa, tem por finalidade:

I - defender a Constituição, a ordem jurídica do Estado democrático de direito, os direitos humanos, a justiça social, e pugnar pela boa aplicação das leis, pela rápida administração da justiça e pelo aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas;

II - promover, com exclusividade, a representação, a defesa, a seleção e a disciplina dos advogados em toda a República Federativa do Brasil.

§ 1º A OAB não mantém com órgãos da Administração Pública qualquer vínculo funcional ou hierárquico.

§ 2º O uso da sigla OAB é privativo da Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 45. São órgãos da OAB:

- I - o Conselho Federal;
- II - os Conselhos Seccionais;
- III - as Subseções;
- IV - as Caixas de Assistência dos Advogados.

§ 1º O Conselho Federal, dotado de personalidade jurídica própria, com sede na capital da República, é o órgão supremo da OAB.

§ 2º Os Conselhos Seccionais, dotados de personalidade jurídica própria, têm jurisdição sobre os respectivos territórios dos Estados-membros, do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 3º As Subseções são partes autônomas do Conselho Seccional, na forma desta lei e de seu ato constitutivo.

§ 4º As Caixas de Assistência dos Advogados, dotadas de personalidade jurídica própria, são criadas pelos Conselhos Seccionais, quando estes contarem com mais de mil e quinhentos inscritos.

§ 5º A OAB, por constituir serviço público, goza de imunidade tributária total em relação a seus bens, rendas e serviços.

§ 6º Os atos conclusivos dos órgãos da OAB, salvo quando reservados ou de administração interna, devem ser publicados na imprensa oficial ou afixados no fórum, na íntegra ou em resumo.

.....  
.....

<b>FIM DO DOCUMENTO</b>
-------------------------